

QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO E DESEMPREGO

Aline Mendonça dos Santos¹

Apresentação

No trabalho que aqui apresento, faço um esforço teórico para compreender a categoria questão social e o desemprego como significativa manifestação da mesma.

O Serviço Social é uma profissão que tem uma função social e desde a formação das primeiras escolas no Brasil o Serviço Social brasileiro mantém um dilema histórico que trata da especificidade da profissão. Depois do movimento de reconceituação da profissão, o Serviço Social passou a tratar a questão social com principal objeto de sua práxis. Dessa forma, a intenção deste trabalho consiste em buscar melhor apropriação das discussões sobre desemprego e questão social, numa perspectiva de dialogar com o Serviço Social, considerando assim as dinâmicas que norteiam a práxis profissional.

Para dar conta desta proposta dividi este trabalho em dois momentos: num primeiro momento fiz uma discussão sobre as diferentes formulações da questão social e logo uma reflexão sobre o desemprego como expressão da questão social e sua legitimidade no atual contexto histórico.

1 – As diferentes formulações da questão social

Uma das discussões que dão fôlego ao debate teórico do Serviço Social está em torno da categoria “questão social”. Desde o processo de reconceituação da profissão a questão social vem sendo pautada como objeto de intervenção profissional. Nesse sentido, tal categoria surge para cobrir uma lacuna ainda latente no Serviço Social que, a priori, argumentava sua razão de existir atendendo, pontualmente, as necessidades do homem pobre, “excluído” da sociedade. Posteriormente, o serviço social ultrapassa a idéia do homem como objeto profissional. Passa-se à compreensão de que a situação deste é oriunda de uma conjuntura que vai além do problema fragmentado.

¹ Mestre em Ciências Sociais Aplicadas; Doutoranda em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC). E-mail: nocams@gmail.com

A questão social é aspirada na perspectiva de aglutinar os problemas sociais que atingem a humanidade num contexto de totalidade do processo histórico. Tais situações eram e são decorrentes de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho versus capital. O serviço social se apropriou da discussão, estendendo-se a compreender seu objeto a partir da concepção difundida por CARVALHO e IAMAMOTO (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Embora este seja o conceito que há muito permeia o projeto ético político do assistente social, outras roupagens surgem para a categoria questão social (principalmente nas últimas décadas, quando visualizamos a influência de teorias neoliberais na organização da sociedade) expandindo o leque de reflexões em torno do objeto do serviço social, muitas vezes confundindo a “arena” profissional.

Na minha apropriação do processo teórico, há pelo menos três configurações que precisam da nossa atenção: A primeira diz respeito aos teóricos que defendem a existência de uma “nova questão social” em detrimento da dinâmica diferenciada que a sociedade contemporânea apresenta; a segunda diz respeito aos que continuam afirmando a elaboração primeira referida na citação de Carvalho e Iamamoto; por fim, o discurso político conservador visando à manutenção do *status quo*.

Desde já, antecipo-me em dizer que a importância deste debate revela-se no serviço social a partir da compreensão do objeto da profissão que apresenta diferentes interpretações, orientando assim, diferentes práticas profissionais que podem estar ou não a favor da transformação da sociedade.

1.1 A nova questão social

É vigente e de comum acordo que os últimos anos, mais especificamente as três últimas décadas, servem de cenário para inúmeras mudanças de ordem política, econômicas e sociais. Mudanças essas que ocorrem numa velocidade vertiginosa impactando a sociedade contemporânea.

À luz deste contexto que alguns teóricos argumentam uma nova questão social, pois uma nova cena implica em novos atores, em novos problemas e, portanto, em

uma nova questão social. Neste sentido, a dicotomia entre capital e trabalho configurada a partir do modelo industrial não serve mais de parâmetro para a sociedade vigente pautada pela revolução tecnológica.

Dos autores envolvidos com essa tese dou especial destaque ao Francês Robert Castel. Castel entende que as transformações afetam principalmente o universo em torno do “trabalho” aumentando os índices de desemprego e a precarização das relações de trabalho, afetando os direitos sociais e esgotando o modelo de proteção social. Deste modo, os trabalhadores a margem do mercado de trabalho formal não poderiam mais ser explicados segundo a categoria “exploração” via pela qual era explicada a questão social. Para Robert Castel (1999: 20), a questão social é caracterizada:

(...) como uma aporia fundamental, na qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e trata de conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe de novo em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se denomina uma nação) para existir como um conjunto vinculado por relações de interdependência.

A partir desta análise, percebe-se que Castel compreende que questão social, propriamente dita, no início do século XIX dizia respeito ao pauperismo da classe trabalhadora. O trabalho assalariado visto como algo ameaçador à ordem estabelecida, fazendo jus às análises demonstradas por Marx.

Apesar desta elaboração, Castel afirma que a questão social foi se metamorfoseando com o decorrer da história, mas a necessidade de compreendê-la a partir de outro paradigma esta na configuração da sociedade salarial. Por sociedade salarial entende:

Não somente uma sociedade na qual a maioria da população é assalariada, ainda que seja verdade. (...) uma sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Porque, antes do estabelecimento dessa sociedade salarial ser protegido era ter bens; (...) O salariado se consolidou e se dignificou, se ousou dizer, e passou mesmo a ter um papel de atração, em torno do qual o conjunto da sociedade moderna se organizou. Aliás, é o que se vê, por exemplo, na posição de trabalhadores independentes que durante muito tempo desprezaram o salariado, e acabaram invejando-o, imitando-o, querendo beneficiar-se das mesmas vantagens sociais. (CASTEL, 1997: 170-171)

E nessa sociedade salarial que é identificado os principais processos transformadores como: internacionalização do mercado, mundialização, competitividade,

minimização do preço da força de trabalho, maximização da eficácia produtiva e flexibilização. Nessa perspectiva, segundo Castel (1997), a sociedade salarial passou a manter a vida do trabalhador que apropriou privilégios de um sistema de proteção, de garantias e de direitos. Mas esse processo não foi suficiente para eliminar a desigualdade social, ao contrário, estimulou o individualismo em decorrência da institucionalização tecnocrática do social.

No contexto atual, contudo, Castel vai dizer que o trabalho perde espaço no tocante a essa dimensão de centralidade. Todos os benefícios vinculados ao trabalho perdem sua legitimidade: uma desmontagem do sistema de proteção; desestabilização na ordem do trabalho. Enfim, situações que repercutem diretamente na vida social, para além do mundo do trabalho. Segundo Castel, essa situação é desencadeada por um processo de flexibilização que decorre das exigências da concorrência e da competitividade em um sistema mundializado, no qual o trabalho passa a ser o alvo principal da redução de custos, assim minimiza-se o preço da força de trabalho e maximiza-se a eficácia produtiva. Esses processos sinalizam para o desaparecimento do emprego, isto é, do trabalho com proteção e estabilidade. Castel conclui: “a nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade”.

O quadro situado por Castel, produz insegurança para os trabalhadores. Assim aponta as conseqüências: a “desestabilização dos estáveis” implica naqueles trabalhadores que possuíam uma posição na divisão do trabalho clássico e que se encontram enfeitados dos círculos produtivos; a “instalação da precariedade” configura os jovens com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e que consistem no que se “poderia chamar de cultura do aleatório, as pessoas vivem o dia-a-dia” de forma instável; por fim, a existência dos “sobrantes” (Castel, 1997) que por sua vez, correspondem àquelas pessoas que estão à margem (não integrados) da sociedade. Estar integrado, afirma Castel (1997: 180) “é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência”. Nessa perspectiva, os “sobrantes” não são sequer explorados.

Dessa forma, o mundo trabalho se transformou e, segundo Castel, a questão social também, não podendo mais ser explicada pelos mesmos paradigmas clássicos. Em sua análise da nova questão social, Castel desresponsabiliza a sociedade capitalista do processo, pois parte do princípio que a questão social se reformula através de crises sem

apontar o capitalismo como a referência norteadora desse processo, alegando, assim, que os problemas sociais são um contínuo que sempre existiram, independentes da sociedade capitalista.

1.2 Questão Social e a reflexão brasileira

Embora as reflexões de Castel sejam importantes referências para os estudos dos teóricos do Serviço Social brasileiro, notam-se diferentes leituras a partir de um outro posicionamento diferente do de Castel. Um posicionamento que insiste em preservar a questão social como resultado da contradição estabelecida na relação entre capital e trabalho.

O debate publicado na revista *Temporális* n. 3 organizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) proporciona um panorama dessa discussão onde Iamamoto, Yasbeck, Netto e Pereira fazem suas considerações a respeito da questão social.

Reforçando a leitura que sustenta o objeto do serviço social, como vimos na primeira parte deste texto, Iamamoto parte da premissa de que a “análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente em uma arena de disputas entre projetos societários”, ou seja, na contradição entre capital e trabalho, contrapondo assim o discurso da “nova questão social” (IAMAMOTO, 2001: 10).

Iamamoto compõe sua argumentação a partir das pontuações analíticas de Marx sobre o processo de acumulação capitalista e das conseqüências da mesma sobre a classe trabalhadora. Embora a nomenclatura “questão social” não se faça presente na obra de Marx.

Na análise crítica de Marx a sociedade capitalista se traduz tanto por um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo de reprodução das relações sociais. A questão social é interpretada pela relação de poder estabelecida na luta de classes onde a classe operária ameaça a ordem dada. Segundo Iamamoto, compreender as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, ou seja, a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza é de suma importância para a discussão sobre trabalho e

questão social nos dias atuais (IAMAMOTO, 2001: 12), supondo que privilegiar a história e análise de Marx é necessário para compreender a questão social.

Dentre as características da sociedade capitalista, destaca-se: a configuração de dois agentes principais - o capitalista e o trabalhador assalariado; a reificação das relações sociais em relação entre coisas; a mais valia e a exploração das relações de trabalho. O processo capitalista exige um aumento da produção que conseqüentemente implica numa superpopulação relativa que Iamamoto denomina “supérfluos para o capital”. Assim caracteriza tal segmento:

Dentre essa superpopulação relativa – que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de “exército industrial de reserva” – encontram-se os *segmentos intermitentes*, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução da demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo*, segmentos formados por contingentes populacionais, miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescente e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes, etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2001: 15)

Diante dessa dinâmica, a autora afirma a geração de uma acumulação de miséria em detrimento da acumulação do capital, identificando nessa contradição a produção/ reprodução da questão social. E conclui:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001: 16-17)

Trata-se assim, de uma renovação da “velha” questão social, onde novas condições sócio-históricas aprofundam as contradições entre capital e trabalho. No contexto atual, é possível perceber uma alteração das relações entre Estado e sociedade influenciada por um novo estágio da acumulação capitalista – financeirização da economia.

Frente a isso, a questão social é produzida por quatro aspectos centrais: 1) a lógica de acumulação capitalista exige financiamento externo que provoca o aumento da

dívida interna e externa implicando, conseqüentemente, no agravamento da questão social; 2) a reestruturação produtiva oriunda do padrão fordista-taylorista produz um processo flexível que afeta os processos de trabalho, a gestão, o consumo, os direitos sociais trabalhistas, as organizações sindicais conduzindo a um quadro de recessão e desemprego; 3) o “consenso de washington” e a adesão de teorias neoliberais provocam mudanças significativas na relação Estado/ sociedade civil, nessa perspectiva reduz-se “a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais”; 4) modificam-se as formas de sociabilidade, entra em cena a sociedade do mercado que implica em produtivismo, competitividade, eficácia, consumo reforçando um individualismo exacerbado.

Com essas reflexões argumentativas, lamamoto nega a desqualificação da análise marxista.

Na leitura de Yasbeck a questão social também se configura no processo de divisão da sociedade de classes, onde a apropriação da riqueza produzida socialmente é diferenciada. A autora afirma tal questão como elemento central entre o serviço social e a conjuntura real.

Como lamamoto, Yasbeck mantém a questão social como produto da antiga dicotomia entre capital e trabalho, argumentando se tratar de uma questão estrutural que embora passe por reformulações e redefinições em decorrência do atual momento histórico, substancialmente permanece a mesma. E diz:

Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões dentre as quais destacamos: 1 – as transformações das relações de trabalho; 2 – a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados. (YAZBEK, 2001: 33-34)

É nesta perspectiva que a autora discute pobreza, exclusão e subalternidade como elementos significativos no processo de reprodução da questão social que implica, necessariamente, na reprodução das contradições sociais e que, portanto, não há rupturas no cotidiano sem resistência. Como dito anteriormente, tratando a questão social como o ponto central entre a profissão e a realidade, tem-se que o serviço social atua num campo de disputa de classes.

teórico-política marxista. Para melhor argumentar sua apropriação do tema, discute questão social a partir de cinco notas:

Primeiramente, destaca que a expressão questão social tem emprego recente (apropriada praticamente no mesmo período em que emergiu a palavra socialismo) e surge para explicar o pauperismo – fenômeno conseqüente da primeira onda industrializante do século XVIII. Assim sendo, tal fenômeno foi caracterizado como processo decorrente do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial.

Neste contexto, a questão social surge como expressão das contradições sócio-políticas da época, onde os pauperizados protestavam suas condições (das mais diversas formas, dentre elas “trade unions”) ameaçando as instituições sociais e a ordem estabelecida.

A segunda reflexão de Netto a respeito da questão social implica na inserção do pensamento conservador que passa considerar a questão social como objeto de uma ação moralizadora que preserve a propriedade privada dos meios de produção. Até que em 1848, o movimento dos trabalhadores desmistificou essa perspectiva percebendo que a questão social só será superada com a supressão da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, o “pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão *questão social*, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2001:45).

A terceira nota da destaque a compreensão teórico metodológica da gênese da questão social explicada por Marx em “O capital”. Segundo Netto, a dinâmica da questão social só foi explicada com precisão a partir da explicação do “rigoroso processo de produção do capital”.

Dessa forma, o autor afirma (diferente dos defensores da “nova” questão social) que a questão social é determinada pela exploração: traço peculiar da relação capital/ trabalho. Assim a questão inicial se mantém, mas admite existir uma metamorfose, pois diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social.

O capitalismo “globalizado”, transnacional e pós-fordista explicita problemas de desigualdades sociais que promovem a discussão em torno da “nova” questão social onde os autores (Rosavallon e Castel) entendem como problemáticos as possibilidades

de reforma do regime do capital, retrocedendo a reflexão ao nível das utopias conservadoras e inibindo a crítica da economia política marxiana. Por fim, Netto afirma que não há uma nova questão social e, portanto, não há como superar tal questão sem a supressão da ordem do capital. A cada novo estágio do desenvolvimento capitalista, percebem-se expressões mais complexas correspondentes a intensificação da exploração. “O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração” (NETTO, 2001:48).

Para concluir, o autor aponta que a superação da questão social com a possível derrocada do capitalismo não implica na inexistência de mais problemas que provoquem indagações em homens e mulheres. Portanto, embora a questão social seja a razão de ser do serviço social, sua superação não implica em esgotar a profissão.

Nesse debate qualificado, Pereira é quem faz a argumentação mais diferenciada. Ela compactua com os colegas questionando a existência de uma nova questão social, porém ela questiona além do adjetivo “novo”, mas também a incidência ou não da “questão” (substantivo) na expressão questão social.

Pereira parte do princípio que na contradição explícita da questão social (estrutura X ação) sujeitos assumiram papéis transformando necessidades sociais em questões, mas tais necessidades não podem ser transformadas em questão sem antes serem problematizadas, e pergunta: “Será que não estaríamos diante de uma *questão latente* que, apesar de inscrita na *contradição fundamental* do sistema capitalista – a *contradição entre capital e trabalho* -, ainda não foi explicitada, dada à posição profundamente desigual dos setores progressistas na atual correlação de forças?” (PEREIRA, 2001:51).

Segundo Pereira, existe uma “precariedade” nas forças sociais de resistência ao *status quo* e diante disso, não se tem uma questão social explícita e sim uma questão social latente. Nessa perspectiva, problemas sociais maximizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo mercantil, oriundos da questão social, não estão causando grandes comoções sociais capazes de resistir ao processo dado, não sendo ainda transformados em questões explícitas. Dentre os problemas destaca o desemprego estrutural, globalização da pobreza, racismo, desmonte dos direitos sociais, etc.

Assim, a autora não caracteriza a questão social atual na mesma elaboração teórica que compreende a questão social como “embate político” apropriada no marco da

revolução industrial. Conclui:

Considero, sim, que os problemas atuais – tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da *questão social* - são produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. Donde se conclui que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de embate político, determinado por essas contradições. (PEREIRA, 2001: 54)

Outra autora no campo do serviço social que também discute a questão é Alexandra Pastorine. Pastorine desenvolveu um estudo minucioso sobre questão social que resultou na obra intitulada “A categoria questão social em debate”.

Em seu posicionamento, Pastorine faz coro com seus colegas que defendem a questão social como resultante das contradições entre capital e trabalho. Na perspectiva dela, há, sem dúvidas, mudanças significativas no processo de produção capitalista, na estrutura de classes e na participação política, mas isso não é o bastante para afirmar a superação e/ou a inexistência das contradições presentes na sociedade capitalista.

Percebe-se uma argumentação muito próxima do discurso de Netto, afirmando existir diferentes expressões da questão social em diferentes estágios capitalistas, bem como que a questão social é inevitavelmente determinada pela “exploração” oriunda da relação entre capital e trabalho. Dessa forma, afirma que a questão social tem sua explicação mais completa na “lei geral de acumulação capitalista” desenvolvida por Marx em “O capital”. Conclui:

(...) Ou seja, as principais manifestações da “questão social” - pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrência das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujo os traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região.” (PASTORINE, 2004: 97).

Para a autora, não é possível compreender a questão social ignorando a existência da sociedade de classes como um processo contraditório e não linear. A novidade, então, não está em uma nova questão social, mas em um outro contexto social manifesto no processo histórico.

Por fim, quero destacar a interpretação de Otávio Ianni – importante nome da sociologia brasileira – que ao compreender a contradição da sociedade de classes, da relação entre capital e trabalho, percebeu uma contradição ainda mais latente e visível na contemporaneidade: a contradição entre o social e o econômico, pois há uma enorme discrepância entre os indicadores destes dois campos em que o econômico se sobrepõe

ao social. Argumenta:

A um lado "encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a 8ª economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo". No outro "encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas"

É curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e cidade. Precisamente as vítimas das "dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde". (IANNI, 1991: 4)

Diante dessa realidade, onde a sociedade em movimento se apresenta por desigualdade e antagonismos que constituem a questão social, Ianni diz que no curso da história formam-se sujeitos coletivos (grupos, classes, sindicatos, movimentos sociais) que procuram resistir à ordem vigente.

1.3 A leitura do pensamento conservador

A terceira discussão sobre a categoria "questão social" que proponho neste trabalho, diz respeito à leitura oportunista do pensamento conservador.

Em poder da ideologia dominante, expressões como questão social e exclusão social são usadas para explicar dolorosas feridas da sociedade contemporânea a partir de um discurso instrumental e alienado. Propagam a discussão de tal forma, que logo tais categorias se tornam rótulos equivocados na voz do "senso comum" que reproduz o discurso sem se preocupar em explicá-lo.

Dessa forma, é possível perceber uma banalização dos conceitos que no caso da questão social, Ianni (1991) chama de "criminalização da questão social" e se referindo a exclusão social José de Souza Martins (2004) chama de "neologismo enganador".

Trata-se de uma artimanha ideológica que impede de resgatar a origem da questão social procedente da organização capitalista, Iannotti sinaliza que a partir de tal artimanha "elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões – as várias questões sociais".

Tendo presente esse processo enganador e oportunista, o cuidado que o serviço social deve ter com esse é de suma importância, uma vez que a possibilidade de

intervenção no campo “banalizado” é grande, sendo que, não raramente, percebe-se o discurso equivocado apropriado nas “falas” da categoria profissional.

Quando afirmo se tratar de um oportunismo da classe dominante, quero dizer que há uma intenção em comover a população e convence-la de que a sociedade de classes é uma argumentação ultrapassada. Percebendo a ameaça que a resistência no processo de luta de classes provoca para a manutenção do *status quo*, algumas reflexões, sob orientação conservadora, procuram inibir a dinâmica dialética. Netto diz que, não por acaso, as aspirações sobre a “nova questão social” – que implicam em ignorar os conflitos de classe – foram também divulgadas no Brasil pelo Partido da Social Democracia Brasileira. Nesse sentido, as premissas da vertente conservadora ignoram as contradições da sociedade e apenas lamentam os problemas sociais oriundo de tal contradição. Buscando saídas imediatas para amenizar tais problemas, mas sem comprometer a ideologia dominante.

Pastorine destaca a elaboração de Cerqueira Filho, que a esse processo chama de “ilusão ideológica”:

“...um discurso que combina integração social e paternalismo. (...) O discurso burguês liberal típico tem sempre uma margem possível real e concreta de ilusão ideológica quando, absorvendo e lidando com o conflito social, afirma a sua inexistência. (...) Nos países de industrialização recente, como é o caso do Brasil (...), o discurso político conservador, elitista e autoritário, impregnado ainda da prática política das oligarquias agrárias não admite o conflito, não sabe com ele como o pensamento burguês liberal faz. Assim não é capaz da ilusão ideológica. O que fazer? Ocultar o conflito (...) Articular uma visão de mundo, fundada na integração social por oposição ao conflito, o favor e o autoritarismo” (Cerqueira Filho apud PASTORINE, 2004: 87)

Ianni, ao discutir a criminalização da questão social diz que ainda existe no pensamento social brasileiro uma aspiração de que a “vítima” é a culpada. Ou seja, o “excluído” (pobre, analfabeto, ignorante, desempregado...) é responsável por sua desprezível condição na sociedade. A reflexão em torno da produção e reprodução das desigualdades sociais é abafada. Eis a naturalização da questão social:

Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como “fatalidade” ou apenas herança arcaica pretérita.

Dentre as explicações que “naturalizam” a questão social, vale a pena destacar duas. Não esgotam o assunto, mas dão uma idéia das metamorfoses que transfiguram as desigualdades sociais.

Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de “explicar” e

"resolver" a questão social.

Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos, na cidade e no campo, pode trazer o "gérmen" da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa "explicação". (IANNI, 1991: 6 -7)

Esta naturalização implica em compreender a questão social de forma supérflua, desvinculada da história, da economia e da política. Nesta perspectiva o atendimento a questão social se configura por relações que circundam os limites da luta de classes, sendo as manifestações da questão social caracterizadas como problemas sociais pontuais, fragmentados inibindo o reconhecimento das diferenças e propagando um individualismo exacerbado. Esse último denunciado, por Netto, como uma impotência dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade.

Pastorine contribui para o debate dizendo:

Neutralizando e cristalizando o tempo, não se faz outra coisa que congelar, na interpretação, o movimento da própria realidade, imobilizando a totalidade social e vendo passar a história de forma linear (positivizada), através de uma sucessão de fatos. A idéia positivista de história não dá lugar a contradições, já que se fundamenta numa noção de progressão temporal com uma meta final previamente definida. (PASTORINE, 2004: 100)

Frente à concepção conservadora, nos deparamos com dualismos como "inclusão e exclusão" sendo utilizados para substituir a categoria "ultrapassada" classe social. Como soluções para as expressões da questão social fragmentadas são utilizadas políticas de integração e inclusão social. Trata-se de uma solução cômoda que procura inserir os sujeitos num sistema que, por sua natureza, continuara excluindo e produzindo desigualdades sociais. "Matar a fome não acaba com a pobreza e nem elimina suas causas estruturais", dessa forma, as políticas de inclusão social não mudam nada e sim, reproduzem e conservam estruturas sociais causadoras de injustiças. "Imaginar que *incluir* é dar meio prato de comida a populações *excluídas*, colocadas a margem do processo de desenvolvimento constitui um insulto e agrega à pobreza a humilhação e o deboche". (MARTINS, 2004: 4)

Essas políticas medíocres são denominadas por DEMO (1998) de "exclusão elegante" e Martins (2004) chama de inclusão perversa. A propagação dessas políticas conduz a um processo que não compreende a totalidade e as contradições sociais, não sendo suficientes para superar a exclusão social. Assim, os autores destacam a

necessidade de pensar políticas sociais fora das teorias de integração social, só assim as prestações de bens e serviços do Estado serão desmistificadas como concessão do capital para serem apropriadas como garantias de direitos.

Nesse contexto, a “exclusão” aparece como questão social por excelência dos novos tempos. A noção de “exclusão”, como se viu, tem sido objeto de controvérsias e críticas. Para alguns autores, ela recompõe uma interpretação dualista da sociedade, alegando que essa noção admite contornos a partir da análise econômica, uma vez que a contradição excluídos/incluídos seria produzida pelo mesmo processo econômico. Oliveira (1997: 60), denomina tal perspectiva moralista e imprópria: “sob a pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável, típico da literatura moralista do século XIX, mais ainda existente ao nível de senso comum – de achar que os miseráveis são responsáveis pela própria miséria”.

Por fim, esse processo implica na constituição de políticas sociais de reparação da exclusão se tratando de uma intervenção medíocre que não aborda a raiz dos problemas e ignora a contradição que produz a questão social.

2 – Desemprego: expressão evidente da questão social

Independente das diferentes leituras sobre a questão social, percebe-se que os autores estabelecem uma estreita relação entre questão social e trabalho.

Os primeiros movimentos da industrialização, urbanização e reestruturação provocaram mudanças constantes nas relações de trabalho que se agravam no decorrer da história. Esse processo configura o motivo mais visível da luta de classes, onde categorias diferentes defendem seus interesses de classe: por um lado os trabalhadores resistem a ideologia dominante manifestando seus descontentamentos com a lógica estabelecida que os fragilizam; por outro lado, a burguesia promove a concentração de renda inibindo a organização da classe trabalhadora.

Nessa disputa, a questão passou a ser compreendida em torno do direito ao trabalho e conseqüentemente a propriedade, uma vez que, “por trás do trabalho está o poder sobre o capital e por trás do poder sobre o capital a apropriação dos meios de produção” (PASTORINE, 2004: 106). Com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do capital, o trabalho foi organizado pelo assalariamento que também garante, através do

Estado, direito à assistência pelo trabalho. Eis aí a instituição do trabalho formal: o emprego – forma encontrada pelo capital para amenizar as resistências dos trabalhadores garantindo a coesão social e a legitimidade da ordem. Do ponto de vista histórico, é inegável compreender a questão social sem estreita relação com a exploração do trabalho.

Nas últimas décadas, visualiza-se o mundo capitalista passar por profundas transformações. Toda vez que o capital se depara com uma crise, encontra maneira de superá-la nos apresentando novidades (LECHAT, 2002). As teorias neoliberais são resultadas de uma dessas crises.

Em decorrência desses processos o capital assume novos padrões de produção, de acumulação e concorrência que afetam diretamente a classe trabalhadora. O processo produtivo da sociedade capitalista neoliberal exige mais eficácia promovendo um salto no desenvolvimento tecnológico, na informatização que conseqüentemente respingam nas relações de trabalho.

Percebe-se então, que as mudanças no mundo do trabalho procedem de alguns vetores principais, mutuamente implicados. De um lado, a atual reestruturação produtiva que substitui o modelo fordista anterior. Centrada na introdução da informática e da automação no processo produtivo, ela conduz a mudanças na organização do trabalho (produção flexível e trabalho polivalente), bem como à descentralização produtiva.

Associada a esse processo se observa uma tendência à desregulamentação dos mercados nacionais. É nesse contexto que o desemprego assume hoje um sentido estrutural, do mesmo modo que as formas precarizadas de trabalho – o subemprego. No caso das “economias de desenvolvimento” como a brasileira, a redução da capacidade reguladora do Estado assume repercussões ainda mais sérias sobre o mercado de trabalho, visto que a insuficiente cobertura social no país nunca chegou a se constituir em um estado de bem-estar social.

Daí o mercado de trabalho e a estrutura ocupacional no país, assumirem uma configuração muito particular, a partir especialmente dos anos 1990 (MATOSO, 1999). Com a retração dos postos de trabalho formais, ou seja, com direitos e garantias sociais, cresceram as ocupações informais. O chamado setor informal, embora seja alvo de diferentes definições, tende a abarcar os diferentes regimes de trabalho caracterizados pelos assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria, que trabalham de

forma individual, familiar ou associativa. Embora a questão da legalidade não seja o critério para definir o informal, as atividades nele implicadas estão de um modo ou de outro em um ambiente de ausência de direitos publicamente assegurados.

Deve-se assinalar que a informalidade não significa estar descolado da economia formal, desenvolvendo-se a margem do sistema. A desregulamentação do mercado não é apenas produto, mas também condição de um novo modelo de acumulação capitalista, como elemento redutor dos custos de produção. Como exemplo disso, as relações interindustriais, ou as cadeias produtivas, combinariam não apenas organizações produtivas de diferentes tipos, como também diferentes formas de gestão da mão-de-obra. Ou seja, se transferem as tarefas gerais e desqualificadas para pequenas empresas, sob um regime informal de trabalho, ficando as grandes com o trabalho especializado e qualificado, em um regime formal – trata-se de um processo de terceirização do trabalho (LEITE; SILVA, 1996).

É nesse ambiente que se sinaliza para o desemprego como expressão evidente da questão social na contemporaneidade, não se trata de um problema individual. É um problema social, que atinge a amplas camadas da população independente de sua condição, que ao contrário querem trabalhar, mas não conseguem emprego. Mesmo utilizando as estatísticas mais conservadoras projetadas pelo IBGE, revelam-se aumentos abusivos de desemprego. Segundo Pochmann (2003: 2-3), o problema do desemprego é maior que as estatísticas mostram:

O cálculo oficial do desemprego calculado pelo IBGE mascara o verdadeiro problema social. Pois o IBGE considera uma pessoa desempregada, quando:

- a) ela estiver procurando emprego, nessa semana da pesquisa.
- b) ela está disponível para ir trabalhar imediatamente
- c) e não conseguiu trabalhar. Nem uma hora na ultima semana, em qualquer atividade.

Assim, o problema social é bem maior, porque esta mascarado pela metodologia. Em São Paulo, há uma taxa de 12,4% de desempregados medidos pelo IBGE, mas há outros 7,2% que são trabalhadores informais, disfarçados, que trabalharam alguma hora na semana, ate mesmo para poder sobreviver, em algum bico. Mas não tem trabalho. Por tanto a taxa de desemprego é de 19,6% na grande são Paulo. Já no estado do Piauí, a taxa de desemprego do lbge é de 5,1% da população economicamente ativa, mas se somarmos o desemprego disfarçado, daqueles que não tem trabalho, mas trabalharam pelo menos uma hora na semana passada, esse indicador é de 55,1% da população e o total do desemprego real no Piauí, sobe para 60,3% de toda população (o desemprego atinge a todo país. Em São Paulo, na última década - 1993-2003 - o desemprego cresceu em 60%, mas no Piauí, estado de menor renda per capita, o desemprego cresceu 180%. Três vezes mais).

Na situação atual, em que o estado não toma nenhuma iniciativa para resolver o problema, nem sequer garante ajuda desemprego, por mais que alguns meses, cerca de 2/3 das pessoas que conseguiram emprego, dizem, que conseguiram graças à ajuda de amigos e parentes!

Visualiza-se assim, uma conjuntura social dramática que produz um desemprego exacerbado e aumenta a incidência de novas formas de trabalho: trabalho parcial, temporário, terceirizado, precário, subcontratado. O trabalho formal assegurado pelo Estado cede espaço para o trabalho informal. Eis a flexibilização das relações de trabalho.

O trabalhador se sujeita a uma flexibilização das formas de contratação que não o assegura dos direitos sociais historicamente conquistados. Os movimentos sociais retrocedem. Estes movimentos se fossem considerados, abririam novas perspectivas, ampliando a reflexão sobre os valores estabelecidos. Percebe-se, então, a desintegração do movimento da classe trabalhadora.

É assim que se presencia uma fragilização da classe trabalhadora que também se afasta da luta sindical.

O desemprego, obviamente, é um elemento chave na desintegração do movimento unitário da classe trabalhadora. O grau de competitividade e de individualismo que os trabalhadores foram levados nos anos 90 só pode encontrar parâmetros de comparação no processo idêntico ocorrido nos anos 80 nos países centrais do capitalismo. (...) Não foi apenas o desemprego o responsável pela crise do discurso do Novo Sindicalismo; (...) Mas é forçoso admitir que a perda de capacidade de ação política dos trabalhadores tem, sim, um componente psicossocial elevado, e que a possibilidade da perda do posto de trabalho, numa economia altamente instável como aquela do início dos anos 90, com uma elevação progressiva das taxas de desemprego, é um elemento crucial no momento do trabalhador decidir se se filia ou não ao sindicato, se participa ou não da assembleia, se entra ou não em greve, se participa ou não da manifestação contra o patronato. (CRUZ, 2000: 124)

Frente ao exposto tem-se que a sociedade capitalista engendra uma dinâmica de transformações sociais que incidem diretamente sobre o mundo do trabalho, mais especificamente sobre as formas de contratação, de organização da produção. A falta de emprego é o sintoma mais evidente do desajuste social.

Mesmo que essa constatação seja clara e manifesta, há quem faça um movimento para “camuflagem” deste processo, trata-se da banalização da questão do desemprego, bem como discutido no item anterior sobre os conceitos de “questão social” e “exclusão social”. Teses sobre o desemprego, pregadas falsamente pelos interesses

dos capitalistas, influenciam o senso comum: o desemprego é um problema individual, trata-se na maioria dos casos de pessoas mal qualificadas, que não tiveram oportunidade de estudar, por tanto, o Estado, e os gastos públicos não tem nada a fazer - seria uma questão de sorte, de contingência do mercado; no Brasil existem muitos impostos que aumentam o custo de produção médio das mercadorias, acima dos outros países, e esse custo/Brasil, impede as empresas de contratarem mais gente, por tanto, um dos caminhos seria reduzir direitos sociais e reduzir impostos; a causa principal do desemprego é que as pessoas vieram para as grandes cidades, se tivessem ficado em seus municípios de origem, teriam trabalho (POCHMANN, 2001).

Sendo assim, o discurso político conservador apresenta falsos argumentos para justificar uma naturalidade do desemprego alegando “que não há o que fazer”.

O desemprego como expressão da questão social no Brasil, aponta para a mais grave crise social da história do país. Essa crise social é que alimenta a violência, a marginalidade social e outras expressões da questão social que também merecem nossa atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre as diferentes formulações da questão social foi de suma importância, uma vez que é necessário ter apropriação das diferentes leituras para conduzir uma análise própria, capaz de auxiliar na compreensão dos fatos.

Dessa forma, considero a questão social a partir da leitura de totalidade dos processos remetendo as relações contraditórias estabelecidas entre capital e trabalho no decorrer da história. Assegurando assim, a maioria das elaborações dos teóricos brasileiros. Contrariando Castel, não se trata de uma “nova questão social”, pois as origens da questão social ainda são vigentes na sociedade contemporânea, onde as pessoas produzem e reproduzem relações sociais num contexto determinado. Os problemas sociais – expressões da questão social – são resultados da exploração do trabalho e da reprodução capitalista. A manutenção dos mesmos traços para decifrar a questão social, não implica em compreendê-la da mesma forma em todos os momentos históricos da sociedade capitalista. Ao contrário: diferentes formações sociais manifestam diferentes problemas sociais. A última parte deste texto – onde se discute o desemprego –

apresenta essa afirmação, uma vez que o atual cenário é oriundo de um processo de transformações que ocorrem numa velocidade vertiginosa.

A partir dessa compreensão sobre a categoria questão social, entendo o desemprego como expressão clara e evidente da mesma que se reformulou e que se redefiniu. A contraditória conjuntura social configura impactos devastadores sobre o mundo do trabalho e tem no desemprego sua mais visível consequência.

Para se superar tal problema social e conseqüentemente a questão social há de se romper com a lógica capitalista que resulta a contradição entre capital e trabalho, pois nesta sociedade não há medidas paliativas ou de compensação social que possam reparar o grave erro de manter quase um quinto da população sem produzir, sem gerar renda. É necessário, urgentemente mudar a política econômica, e colocar no centro dos seus objetivos uma condição de garantia de emprego, de trabalho a todos os brasileiros, a partir de uma política do estado.

Sendo assim, a discussão realizada neste trabalho é pertinente e tem de ser explorada, porque as mutações em curso da economia e conseqüentemente da vida das pessoas parecem indicar novos tempos. Novos tempos que insinuam uma estranha combinação onde se têm a sensação de que o velho já não existe mais e de que se parte para um mundo novo. As pessoas estão confrontadas com uma situação totalmente nova, que exige respostas novas e diferentes – trata-se de um reducionismo na forma de perceber a relações em torno do trabalho, desconsiderando suas dimensões sócio-políticas, reduzindo-as a aspectos puramente técnicos e relativizando a questão social.

Por fim, este trabalho implica num esforço acadêmico que proporcionou uma reflexão importante sobre questão social e atual conjuntura, mas ele deve ser mais bem desenvolvido e explorado, pois além dos destaques do texto existem muitas outras obras que refletem a questão que merecem ser consideradas e que por limites desta produção não foram.

Compreender o mundo do trabalho numa perspectiva histórica é fundamental. A partir de então, é preciso buscar alinhar algumas possibilidades de superação dos processos estabelecidos para que a transformação da sociedade se efetive. Convém aduzir que hoje são muitos os pesquisadores preocupados com essas e outras questões contribuindo para o campo em expansão do mundo do trabalho – que ainda tem muito a ser explorado.

REFERENCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Neoliberalismo Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Bomtempo, 1999.
- CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.
- CASTEL, Robert. *As transformações da questão social*. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (Orgs). **Desigualdades e Questão Social**. São Paulo, EDUC, 1997.
- CASTEL, Robert. **Metamorfose da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CRUZ, Antônio. **A Janela Estilhaçada, A Crise do Discurso do Novo Sindicalismo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DEMO, Pedro. Charme da exclusão social. In **Polêmicas do nosso tempo**, n. 61. São Paulo: Ed. Autores Associados, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão social no capitalismo. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, 3. Rio de Janeiro: Ed. Grafine, jan – jun 2001.
- IANNI, Octavio. A questão social. **Revista São Paulo em perspectiva**, v.5, n. 1. São Paulo, 1991.
- LECHAT, Noëlle. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida no II Seminário de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares, UNICAMP, 2002.
- LEITE, Márcia de Paula ; SILVA, Roque Aparecido. Sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: Uma discussão teórica. In **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 42. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- MARTINS, José de Souza. Para compreender e temer a exclusão social. **Revista Vida Pastoral n. 239** – ano XLV. São Paulo: Editora Paulus, 2004.
- MATOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- NETO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, 3. Rio de Janeiro: Ed. Grafine, jan – jun 2001.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33. 1997.
- PASTORINE, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania . **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, 3. Rio de Janeiro: Ed. Grafine, jan – jun 2001.

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Márcio. **Elementos para compreender a questão do desemprego no Brasil**. Palestra proferida na campanha do pleno emprego - Rio, UNICAMP, 2004.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, 3. Rio de Janeiro: Ed. Grafine, jan – jun 2001.